

AGRICULTURA FAMILIAR: ESPAÇO DE VIDA E TRABALHO RURAL NA REGIÃO SUL DO ESTADO DE GOIÁS

Ressiliane Ribeiro Prata-Alonso¹
Flávio Reis dos Santos²

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo demonstrar o entendimento geral do espaço de trabalho e de vida, em que estão inseridos os agricultores familiares de Morrinhos, região sul do estado de Goiás. Por meio da técnica de entrevistas as histórias de vida foram contadas nas varandas das casas, ao longo de várias conversas, que refletiram as modificações sofridas pela agricultura na região. Os relatos apontam que com a chegada da agricultura moderna a produção agrícola da região foi modificada, e o cenário local, cedeu lugar à produção baseada no fator econômico, distante da realidade local que o pequeno produtor possuía em suas mãos. Nas décadas de 70/80/90, assistiu-se ao maior êxodo rural da história do país, em que milhares de famílias deixaram o campo e passaram a viver em condições de intensa vulnerabilidade social. Dessa forma, a preocupação com esses números começou a ser abordada, com uma visão diferenciada, voltada à questão social no meio rural, porque, as coletividades rurais passaram a serem vistas como depositárias de uma cultura, ao mesmo tempo em que são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida. Entende-se que o momento atual vivido pela agricultura familiar merece o destaque no setor agrário, haja vista que o contexto histórico demonstrado nesta pesquisa relatou a desestruturação do meio rural após sua modernização, não só existe uma rede econômica e social entre agricultores familiares e os programas estatais, como uma transformação à permanência do produtor no campo e melhora do seu poder aquisitivo.

Palavras-chave: produtor rural, políticas públicas, sociedade.

FAMILY FARMING: SPACE OF LIFE AND RURAL WORK IN THE SOUTH REGION OF THE STATE OF GOIÁS

ABSTRACT

The present research had the objective of demonstrating the general understanding of the work space and of life, in which the family farmers of Morrinhos, southern region of the state of Goiás, are inserted. Through the technique of interviews the life histories were counted in the balconies of the houses, during several conversations, that reflected the modifications undergone by the agriculture in the region. The reports indicate that with the arrival of modern agriculture the agricultural production of the region was modified, and the local scenario, gave place to the production based on the economic factor, far from the local reality that the small producer had in his hands. In the 1970s and 1980s, the country experienced the largest rural exodus in the country's history, when thousands of families left the country and began to live in conditions of intense social vulnerability. Thus, the concern with these figures began to be approached, with a differentiated view, focused on the social question in the rural environment, because, the rural collectivities came to be seen as depository of a culture, at the same time they are bearers of a sense of belonging to this space of life. It is understood that the present moment lived by the familiar agriculture deserves the prominence in the agrarian sector, since the historical context demonstrated in this research related to the destructuring of the rural environment after its modernization, not only exists an economic and social network between familiar farmers and the programs, such as a transformation to the permanence of the producer in the field and improvement of his purchasing power.

Keywords: farmers, public policy, society.

¹ Professora Dra. Faculdade Araguaia. Pós-doutora em Ambiente e Sociedade pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Morrinhos, Goiás, Brasil. ressiliane@yahoo.com.br

² Professor Dr. da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Morrinhos, Goiás, Brasil.

Este artigo é parte integrante dos estudos realizados pelo estágio de pós-doutorado do programa de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade da Universidade Estadual de Goiás, no qual foi elaborada uma pesquisa voltada à percepção do produtor rural acerca das transformações no Cerrado decorrentes da expansão do agronegócio no município de Morrinhos (GO). Parte dessa pesquisa está exposta neste trabalho, na tentativa do entendimento geral do espaço de trabalho e de vida, em que estão inseridos os agricultores familiares da região.

A história da agricultura familiar vem de longe sendo tratada em estudos científicos, visto suas transformações pela passagem do século XX para o século XXI, vivenciadas pela existência do homem no campo tradicional e por sua produção agropecuária voltada inicialmente à subsistência. Figuras como o carro de boi, as matracas, o cultivo de hortas e pomares nos quintais, são frequentes no espaço do agricultor familiar.

Em Morrinhos, a construção da história da agricultura familiar não é diferente. Nas varandas das casas, os agricultores foram, ao longo de várias conversas, contando as modificações sofridas pela agricultura na região.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, a alguns requisitos, dentre eles destacam-se o agricultor que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais e utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento (BRASIL, 2006). A quantidade de hectares dos módulos fiscais para o município de Morrinhos (GO) são 40 ha. (INCRA, 2003).

Nesse contexto, estão os assentados do Assentamento Tijuqueiro (AT), incluídos na proposta do presente estudo. O AT é composto de mais de 20 famílias que assim, como define a Lei acima descrita, estabelecem sua produção no campo baseada no cultivo de algumas hortaliças e gado leiteiro, considerados agricultores familiares. Dessa forma, o trabalho reflete o cotidiano e o modo de vida dos agricultores familiares assentados, e dos agricultores familiares não assentados.

Medina (2016) reitera que, conhecer os agricultores familiares, é conhecer suas especificidades. Presentes no uso da mão de obra familiar, na manutenção das estreitas relações sociais com vizinhos e mercados locais, nas áreas relativamente pequenas, no pouco investimento de capital e no acesso limitado aos mercados externos.

A valorização do conhecimento adquirido pelas tentativas e erros na agricultura familiar, vem somar ainda mais a importância desse grupo como mantenedores do meio ambiente conquistado nas práticas conservacionistas, promovendo o desenvolvimento sustentável do seu meio. Mas a conquista desse reconhecimento não foi fácil. Por meio dos movimentos ambientais o Cerrado tem passado por diferentes fases.

Isso porque as terras improdutivas do Cerrado, pobre em nutrientes, e nunca vistas como foco do desbravamento da agropecuária, foram transformadas pela agricultura moderna. Um produtor comentou que se falava “*Cerrado em pé é fome*”, porque não se produzia nada.

“... Olha eu tenho colocado em vários bate-papos que saímos de um mundo e entramos em outro, sem perceber as coisas foram acontecendo. Quando eu era rapazinho com uns 15 anos era totalmente diferente, a região era mata, cerradão, tudo Cerrado né, e havia assim agricultura muito tímida, muito manual, e procurava mais assim as matas virgens as matas terras boas, beira copo, e onde eram feitas as lavouras de roça de toco que chamavam ...” (D. O. 63 anos)

Com a chegada da chamada Revolução Verde, os insumos artificiais, como fertilizantes químicos, tratores e sementes melhoradas, foram tomados como base na agricultura, dando espaço para os monocultivos em grandes extensões de terra. A Revolução Verde transformou as terras do Cerrado em terras férteis, mas seu custo não poderia ser coberto pela agricultura familiar. Para Mazzetto Silva (2000), a região dos Cerrados, devido à sua posição geográfica e características físico-ambientais, tornou-se estratégica na incorporação de novas áreas agrícolas, baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde.

Aguiar e Monteiro (2005) já discutiam o desenvolvimento agrícola do Cerrado, e o relacionava não só a moderna agricultura, mas também a uma necessidade de expansão agrícola, devido inicialmente ao esgotamento das terras da região sul e sudeste e a atuação do Estado em associação com empresários nacionais e capital estrangeiro.

Segundo os agricultores de Morrinhos, as produções no Cerrado eram mantidas somente na chamada *terra de cultura*. Eram terras tidas como férteis, eram áreas mantidas sobre um cuidado diferenciado, a mata normalmente se apresentava mais densa, demonstrando a riqueza do solo nestes locais.

“[...] é uma terra fértil, antigamente, quando não tinha máquina e não tinha adubo, só se plantava nas baixadas, então normalmente toda terra de baixada, margeando água, é fértil, cê planta sem adubo até hoje [...]”

Com a chegada da agricultura moderna a produção das áreas de Morrinhos foi modificada, e o cenário local, rico nos personagens da agricultura familiar em sua tímida agricultura nas *terras de cultura*, cedeu lugar à produção baseada no fator econômico, de alto custo, distante da realidade local que o pequeno produtor possuía em suas mãos.

O que se percebe é uma modificação no espaço de trabalho do agricultor, em que o próprio campo que o abrigava, o nutria e o confortava, passou a ser transformado em um espaço não mais disponível para a sua cultura e para seu modo particular de ser e de ter. A modernidade enlaçou o latifúndio e localmente, muitas vezes, não respeitou a desenvolvimento rural com suas características intrínsecas.

Para os agricultores de Morrinhos, em especial os moradores do Assentamento Tijuqueiro, as mudanças ocorridas na região já tinham ocorrido representadas pelo desmatamento e implantação de pivôs centrais para irrigação, e assim alguns relatam que hoje o município possui cerca de 150 pivôs, que mantêm as agroindústrias do estado de Goiás.

Desde o fim do século XIX e início do século XX, até 2010, Morrinhos mudou bastante, a cidade se projetou em um cenário dinâmico da modernização agropecuária que ocorreu no território goiano, e após a instalação de empresas ligadas a essas atividades agroindustriais, o município se destacou no segmento nacional e internacional da agricultura (SANTOS, 2015).

Baiardi (2004) apontava indícios que o complexo agroindustrial passava a ser mais do que dinâmico e o mais relevante negócio da agricultura brasileira, isso porque as evidências indicavam que o impulso de expansão capitalista tinha transformado e modernizado a agricultura.

Por esta visão, entende-se que Morrinhos foi inserido no contexto do agronegócio, e ganhou materialidade no Brasil com a Associação Brasileira de Agrobusiness (Abag), fundada em 1993. O uso corrente do termo, agronegócio, expressa – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade (SAUER, 2008), chegando nas prateleiras do mercado consumidor uma diversidade de produtos através das agroindústrias.

Como abordado por Ramos, Santos e Almeida Neto (2015), o desenvolvimento do agronegócio fundamentou-se em práticas que realizam a coligação entre o campo e a produção de renda, contudo a adoção desse modelo não reflete os mesmos ganhos em termos de desenvolvimento humano, associados à renda per capita dos municípios.

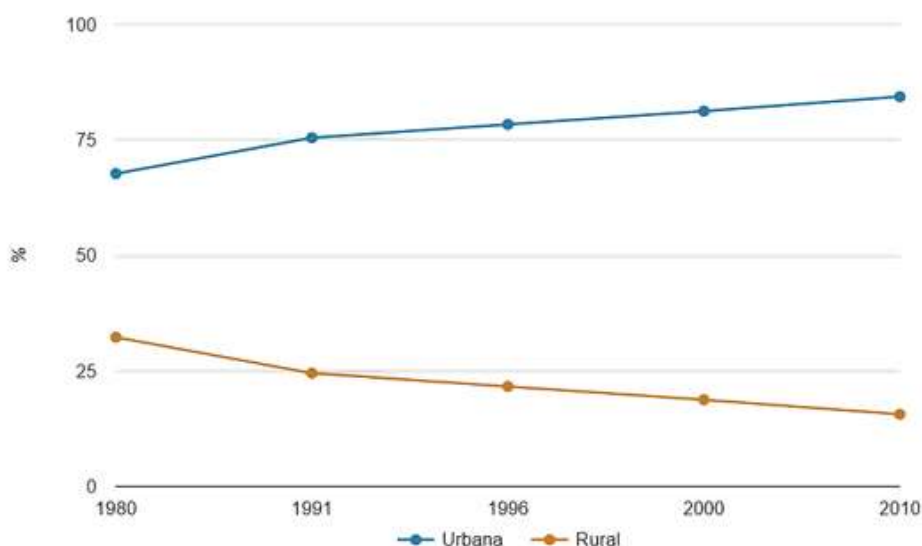
Os valores do Produto Interno Bruto (PIB) nem sempre irão demonstrar o crescimento em todas as esferas, sendo que um alto PIB poder estar refletindo um aumento de um índice em particular, não em conjunto de dados para em prol do desenvolvimento de uma sociedade. Assim, a leitura do IDH cria uma relação entre as três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, que expõe, muitas vezes, a sustentabilidade dos modos de vida da população. O ambiente rentável, provindo do crescimento local a partir do agronegócio, trouxe essa nova configuração da economia, mas também abriu portas para uma gama de problemas na dimensão socioambiental.

Esses problemas socioambientais extrapolam o espaço de vida e trabalho rural e caminha em direção às áreas urbanas, refletindo no aumento da população de grandes centros urbanos, pelo êxodo rural, ocasionando o adensamento populacional em áreas sem planejamento.

Enfatiza-se que por força das transformações ocorridas na agricultura, nas décadas de 70/80/90, assistiu-se ao maior êxodo rural da história do país, em que milhares de famílias deixaram o campo e se estabeleceram na periferia das cidades, somando-se ao contingente de desempregados e vivendo em condições de intensa vulnerabilidade social (MAGALHÃES, 2010).

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura apontam que das 198.614, 21 pessoas em 2010 no Brasil, 30.579,00 residiam em áreas rurais. E essa queda no número de moradores nas áreas rurais vem sendo notada desde 1980, como mostram os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil 1980 a 2010



FONTE: IBGE (2010)

De acordo com Abramovay (1999) durante os anos 1980 foram mais de 12 milhões de pessoas que migraram do campo para as áreas urbanas, e na primeira metade da década de 1990, esse êxodo atingiu 5,6 milhões de indivíduos no Brasil. Isso quer dizer

que meados da década de 90 existiam 17,6 milhões de pessoas migraram das áreas rurais brasileiras, atingindo mais de 30 milhões pessoas em 2010. Destaca-se que no Nordeste e Centro-Oeste, o processo de *desruralização* permanece muito acentuado nos anos 1990.

Veiga (2001) discutiu sobre o livro da ganhadora do prêmio Nobel, Amartya Sen, intitulado “Desenvolvimento como liberdade”, que aborda uma visão o de que o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Isto, contrasta com as cinco façanhas identificadas como *desenvolvimento*: PIB, aumento da renda per capita, industrialização, avanço tecnológico e modernização. São todas obviamente importantíssimas como meios de expandir as liberdades, mas a discussão é que as liberdades são essencialmente determinadas por saúde, educação e direitos civis, índices medidos para o cálculo do IDH.

A pesquisadora Cleia Schiavo Weyrauch relata em seu trabalho, sobre a zona oeste do Rio de Janeiro, as transformações significativas na sua região remotas ao ano de 1940, e desabafa:

A bucólica zona rural da minha infância desapareceu surgindo no mesmo lugar um território com baixo Índice de Desenvolvimento Humano... marcado pelas agressões sistemáticas das corporações ali instaladas contra o meio ambiente e a economia pesqueiras nela incluída as voltadas para a maricultura. Hoje uma chuva ácida cai na região (WEYRAUCH, 2013).

Dessa forma, a preocupação com esses números começou a ser abordada, com uma visão diferenciada, voltada à questão social no meio rural. Isso porque, as coletividades rurais são depositárias de uma cultura, cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio agrário, ao mesmo tempo em que são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida (WANDERLEY, 2000).

A discussão culminou em alternativas capazes de favorecer a retomada da valorização da produção agrícola familiar tradicional o direcionamento para um novo processo eficiente de produtividade sustentável e solidário (SOUZA, 2012).

Magalhães (2010) acredita que a agricultura familiar tem um importante papel a desempenhar na conservação ambiental porque os impactos ocasionados pelo o modelo de cultivo da terra, são minimizados, já que adotam práticas sustentáveis nas suas propriedades.

Independentemente de suas características, os produtores da agricultura familiar apresentam uma relação com o meio ambiente alicerçada na subsistência e no uso de diferentes tipos de unidades de paisagem. A integração do agricultor com a natureza proporciona várias práticas e atividades, de forma a maximizar o uso desses ambientes. No cerrado, o produtor apresenta um saber sobre os recursos vegetais do cerrado, fruto de suas adaptações e interações com o ecossistema, conhecimento adquirido por meio de observações e experimentação, que gera um saber ecológico que é materializado em suas práticas cotidianas (CAMARGO et al, 2014).

Para Chaves e Campos (2012) a agricultura familiar é um importante aliado na implementação do desenvolvimento rural sustentável, como segmento produtivo e social, pelo fato de ser um elemento essencial, tanto para seu consumo interno e a segurança alimentar da população, quanto para a ocupação e geração de trabalho no meio rural, fazendo com que as famílias não deixem suas propriedades rurais para morarem nas cidades. Nessa discussão, inserimos a importância da existência de políticas públicas de incentivo a permanência das famílias no campo alicerçadas no desenvolvimento rural endógeno. Uma das políticas públicas no contexto da agricultura familiar que merece

destaque, é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) lançado em 1996.

Programa que reconhece os agricultores familiares como atores políticos e como sujeitos beneficiários diretos de políticas públicas relevantes. Anterior ao Pronaf, os programas estavam diluídos em várias políticas setoriais — agrícola, combate à pobreza rural, programas integrados de desenvolvimento rural (PDRI), programas de colonização etc. — e em categorias operacionais como a de pequenos ou micro agricultores que eram utilizadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (BUAINAIN, 2006).

Hoje, o Plano Safra da Agricultura Familiar (Pronaf) 2016/2017, apresenta uma proposta baseada no tripé do desenvolvimento sustentável, trabalhando com a questão social não só voltada ao agricultor familiar, mas na garantia de uma melhor qualidade de vida para todos, pela preocupação na produção no campo de um produto saudável desde o seu manejo à mesa do consumidor.

Outro patamar do Pronaf é o crédito rural. Esse crédito proporciona um mercado de compra garantido para a agricultura familiar através outros dois programas Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA, por meio da compra governamental de produtos da agricultura alimentar, articula ações voltadas para melhorias quanto ao acesso aos alimentos, geração de renda, mobilização e fortalecimento da agricultura familiar (SANTOS et al., 2012).

Nessa missão inserem-se outras bases de trabalho como o combate à fome e favorecimento da segurança alimentar e nutricional no Brasil. A exemplo, o PAA contemplando os mais variados tipos de alimentos, inclusive aqueles oriundos da agrobiodiversidade brasileira, incentivando a diversificação das atividades.

O PAA oportuniza ao agricultor familiar a formação de estoque de produtos alimentícios favorecendo para o mercado a sustentação de preços e agregação de valor, seus produtos agropecuários são vendidos diretamente para o governo, com preço definido (MARTINS, 2012).

O programa PAA, é composto por ações base, que favorecem a compra de produtos agropecuários diretamente pelo governo, com preço definido; uma dessas ações é a compra com doação simultânea diretamente às populações em situação de insegurança alimentar, ou seja, é doada para a merenda escolar por meio do Pnae; oportunizando ao agricultor familiar a formação de estoque de produtos alimentícios que objetiva a sustentação de preços e agregação de valor segundo Martins (2012).

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar constituem-se em importante estratégia para o desenvolvimento deste segmento no meio rural brasileiro. O que pode ser observado é que a implementação e o desenvolvimento das diversas ações provindas dessas políticas públicas têm resultado em diversos estudos, realizados em diferentes regiões do Brasil, apontando que a agricultura expresse suas potencialidades (MARTINS, 2012; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; CAMPELO, 2013; OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2014; SILVA; NEVES, 2014).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio de suas políticas públicas, visa à promoção do desenvolvimento local, disponibilizando aos agricultores familiares diversos programas e políticas para o desenvolvimento do meio rural, que incentivam a regularização de terras, implantação de infraestrutura e consolidação de suas atividades (SILVA; NEVES, 2014).

Entende-se que o momento atual vivido pela agricultura familiar merece o destaque no setor agrário, haja vista que o contexto histórico demonstrado nesta pesquisa relatou a desestruturação do meio rural após sua modernização. E nesse processo a

tendência das políticas públicas aqui discutidas é um incentivo páreo entre a permanência do agricultor familiar no campo e melhora do poder aquisitivo dos mesmos.

Contudo alguns autores desacreditam na forma como as políticas públicas da agricultura familiar vêm sendo propostas, pela alegação de que a participação das famílias nos programas fosse a única saída para sua sobrevivência. Um outro ponto é a menção de que a finalidade da permanência dos agricultores familiares em suas terras é meramente econômica. As políticas públicas apenas reconhecem as famílias camponesas como potenciais sujeitos econômicos, desde que guiados por programas de governo ou pelo mercado (RIBEIRO; DIAS, 2013).

Mesmo voltando os olhares para este ponto de vista acredita-se que é importante prestar atenção nas discussões sobre as perspectivas estruturais do Estado. Porque mesmo nessa perspectiva, o Estado seria o único promotor do desenvolvimento, exibindo notável fortalecimento da atividade econômica local. Isso seria garantir que a agricultura familiar seria de fundamental importância para a produção agrícola nacional (MOURA, 1998).

Exemplo dessa realidade é associação de agricultores familiares à Cooperativas, em busca do estímulo das suas atividades produtivas. O cooperativismo pode ajudar na conquista de melhores resultados, bem como na facilidade de inserção de agricultores familiares e participação mais ativa destes na economia. Essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros (ANDRADE; ALVES, 2013).

Isso vai de encontro com as atividades realizadas pelos agricultores familiares associados à a Cooperativa dos Agricultores Familiares do Assentamento Tijuqueiro (COOPERFAT). Todos os agricultores familiares inseridos nessa Cooperativa recebem apoio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desde 2003, e a partir de 2010 passaram a receber o apoio também do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A Prefeitura de Morrinhos adquire os alimentos diretamente da COOPERFAT, que entrega os produtos para a merenda escolar deste município, por meio do PNAE. Pelo PAA os agricultores possuem a garantia do produto vendido. O agricultor familiar entrega os alimentos na COOPERFAT, e a mesma repassa para as Entidades carentes (que cuidam de idosos e crianças em condições de abandono), às escolas, famílias carentes, afrodescendentes, ciganos e vicentinos, em Morrinhos. A cooperativa recebe dos agricultores de 23 produtos diferentes, um total que giram em torno de 200 toneladas de alimento vendido por ano.

Para o presidente da COOPERFAT, a manutenção das comunidades rurais no campo é o mais importante e a valorização dos produtos produzidos na região são consequências das práticas exercidas pelos moradores locais. Essa permanência alavanca a produção das culturas básicas como mandioca, abóbora, manga, laranja, entre outras. O manejo agrícola conduzido para a produção desses alimentos foi aprendido e é executado por várias gerações desses agricultores, perder essa prática seria desvincular o conhecimento adquirido pelos agricultores familiares ao longo de décadas no campo.

Existe uma cadeia social expressa desde a produção agrícola com o manejo e o uso dos recursos naturais nas áreas rurais destes sujeitos do campo, chegando às cooperativas que propiciam a interface entre o produtor familiar e o consumidor final, representado muitas vezes por seguimentos específicos da sociedade.

Além disso, não só existe essa rede econômica e social entre agricultores familiares e os programas estatais. Ressalta-se nessa conjuntura que a manutenção das famílias de produtores rurais como protagonistas desta interação, fortalece também a

sustentabilidade ambiental, haja vista a permanência dos conhecimentos adquiridos pelos antepassados sobre o ecossistema *versus* práticas agrícolas, transmitidos a futuros agricultores. Dessa forma, a correção ou mitigação dos erros e impactos ambientais causados pela Revolução Verde no passado, muitas vezes podem ser aprimoradas quando analisadas e vivenciadas à realidade social, econômica e ambiental, respeitando as particularidades regionais brasileiras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol. 29, nº 1, jan./ago. 1999.
- AGUIAR, Teresinha de Jesus Alves de; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do Cerrado piauiense. *Ambiente e Sociedade*, vol. 8, nº. 2, p. 1-18, jul./dez. 2005.
- ALVES CAMPELO, Daniel. As políticas públicas para a agricultura familiar brasileira em clima semiárido: do combate à convivência. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 10, nº 21, p. 851-873. 2013.
- ANDRADE, Marta Cleia; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, vol. 3, nº 3, p. 194-208, 2013.
- BAIARDI, Amílcar. Desenvolvimento rural e consolidação da moderna agricultura familiar no Oeste baiano: de colonos a neo-farmers. **Bahia Análise e Dados Salvador**, v. 13, nº 4, p. 951-967, mar. 2004.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.
- CAMARGO, F.F.; SOUZA, T.R. COSTA, R.B. Etnoecologia e etnobotânica em ambientes de Cerrado no Estado de Mato Grosso. **Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 353-360, jul./dez. 2014.
- CHAVES, Adriana de Magalhães; CAMPOS, Ana Luiza Teixeira de (Orgs). **Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar: exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro**. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental.v1. Brasília, 2012.
- DE ALMEIDA SILVA, Marcela; NEVES, Ronaldo José. Políticas públicas para a agricultura familiar na região Sudoeste mato-grossense: realidade e perspectivas. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 36, nº 2, p. 125-135. 2014.
- GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.51, n.1, p.45-68, 2013.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>> Acesso em: 15 set. 2016.
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.jacto.com.br/portarias/INCRA.xls>> Acesso em: 29 ago. 2015.

- MAGALHÃES, Rogério Marcos. A política de apoio à agricultura familiar na conservação da biodiversidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 21, p. 89-101, jan./jun. 2010.
- MARTINS, Talita Sgobi. Caracterização do Grupo de Mulheres das Margaridas no Assentamento Margarida Alves, Cáceres/ Mirassol D'oeste – MT. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia: **Universidade Federal de Uberlândia**, 2012. p. 1-12.
- MAZZETTO SILVA, C. E. Democracia e sustentabilidade na agricultura: subsídios para construção de um novo modelo de desenvolvimento rural. **Cadernos de Debate**, Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, FASE, n. 4, 116 p. 2001.
- MEDINA, Gabriel. **Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico**. 3. ed. Goiânia: Editora UFG, 2016.
- MOURA, Suzana. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. *O & S*, vol. 5, nº 12, p. 37-57, mai./ago. 1998.
- OLIVEIRA, Ana Luisa Araujo de, Sonia Maria Pessoa Pereira BERGAMASCO. Análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Município de Paranaíta, estado de Mato Grosso, Brasil. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, vol. 12, nº1, 925-935. 2014.
- RAMOS, Joana Roberta Neiva de Souza; SANTOS, Florisvalda da Silva; ALMEIDA NETO, Prudente Pereira de. Limitações na responsabilidade socioambiental no agronegócio do Oeste Baiano. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, vol. 4, nº 1, p. 30-45, jan./ abr. 2015.
- RIBEIRO, Dinalva Donizete; DIAS, Mariza Souza. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Revista Mercator**, v. 12, nº 27, p. 81-91. 2013.
- SANTOS, André Rodrigues dos; VIEIRA, Naldeir dos Santos; FERREIRA, Palloma Rosa; SANT'ANA E CASTRO, Thiago Teixeira. Agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional: análise dos resultados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA doação simultânea) nos estados da Bahia e Minas Gerais. **Cadernos Gestão Social**, vol.3, nº 1, p. 9-24, jan./jun. 2012.
- SANTOS, Marlus Silva dos. **O processo de modernização da agropecuária e o agronegócio: a dinâmica territorial na microrregião da Meia Ponte e no município de Morrinhos (GO), 1970-2010**. 98f. Dissertação (Ciências Sociais e Humanidades) - Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2015.
- SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.
- SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. A modernização da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 8, nº 67, p. 231-249, 2011.
- VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, vol. 15, nº 43, p. 101-119. 2001.
- WANDERLEY, Maria de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº 2, p. 29-37, jul./dez. 2000.
- WEYRAUCH, Cleia Schiavo. De sertão à zona industrial. **Revista Ágora**, Vitória, nº 17, p. 13-31, 2013.
- Recebido em 29 de junho de 2018.
Aprovado em 20 de julho de 2018.